

Respostas às críticas ao documento SALVADOR DO FUTURO: TERRITÓRIO DA INCLUSÃO E DAS OPORTUNIDADES- PLANO SALVADOR 500 pelo Dr. Fernando Alcoforado.

**Dr. Alcoforado define de forma pertinente o conceito de desenvolvimento sustentável, embora muitas outras definições igualmente pertinentes possam ser listadas.** Assim como teorias de desenvolvimento econômico encontram-se contestadas, verificando-se a presença de múltiplas abordagens concorrentes ou complementares, de igual modo encontramos múltiplas abordagens de desenvolvimento sustentável. Em campo tão permeado por várias abordagens, algumas concorrentes e contraditórias, mas outras com grande potencial de complementaridade entre si, escolhas têm que ser feitas para que se possa operacionalizar trabalhos com o objetivo de desenvolvimento sustentável. **No TR do Plano Salvador 500, o conceito de desenvolvimento sustentável adotado como guia está claramente definido e registrado.**

Reconhecida a pertinência da definição apresentada, apesar da pluraridade conceitual reinante no tratamento do conceito de desenvolvimento sustentável, e esclarecido o fato de que o conceito de desenvolvimento sustentável está claramente explicitado no TR do Plano Salvador 500, **acrescentamos que o documento “SALVADOR DO FUTURO: TERRITÓRIO DA INCLUSÃO E DAS OPORTUNIDADES- PLANO SALVADOR 500” consigna visão de futuro da cidade do Salvador perfeitamente sintonizada com a definição de desenvolvimento sustentável de seu TR e de Dr. Alcoforado, desdobrada nas dimensões econômica, social e urbana, assim como as variáveis a serem monitoradas em cada dimensão com valores atuais e projetados no horizonte do PLANO SALVADOR 500.** Exemplos de variáveis e indicadores consignados no painel de indicadores do Plano são: taxa de desemprego, nível de renda per capita, taxa de produtividade, índice de desenvolvimento humano municipal (uma composição obtida pela agregação de variáveis de renda, educação e saúde), taxa de cobertura de atendimento de água, de saneamento e de coleta de lixo, tempo médio de viagem (indicador síntese de vários aspectos de mobilidade e de acessibilidade), atendimento de necessidades de habitação de interesse social e de regularização fundiária, etc.

**Admitimos que precisamos avançar no sentido da constituição de um sistema de informações e de sua gestão e, principalmente, de uma estrutura de governança do Plano com a participação de seus múltiplos interessados para que os indicadores eleitos possam ser monitorados, avaliados e alimentem decisões quanto a ajustes ou mudanças de rotas estabelecidas cujos resultados caminharam em direções não desejadas.** Afinal, essa é a lógica de qualquer processo de planejamento que se pretenda minimamente sintonizado com as boas práticas que se manifestam recorrentemente no mundo, especialmente nas cidades que obtiveram êxito em seus processos de reconversão urbana como almejamos para Salvador.

Entendemos, **em oposição ao Dr. Fernando Alcoforado,** que o nível de detalhamento do documento de visão de futuro é suficiente para que, depois de aprovado o PDDU e definidos os parâmetros urbanos a serem obdecidos, possamos promover a revisão de políticas pré-existentes, formular políticas para áreas ainda não contempladas e desdobrá-las em programas e em projetos. Entendemos também que o nível de detalhamento encontrado no mesmo documento é suficiente para orientar estudos em curso que deverão culminar com a proposição de um sistema de informação e estrutura de

governança para o Plano Salvador 500.

Acreditamos inclusive que não há registro de experiência de planejamento que não diferencie os níveis e seus respectivos documentos. Em qualquer experiência documentada de planejamento, encontramos que o mesmo realiza-se em nível macro, dos Planos, e desdobra-se nos níveis meso e micro, dos programas e dos projetos. Certamente, alguma flexibilidade pode ser vista no ordenamento entre políticas e planos em contextos específicos. Ora, políticas antecedem e induzem planos, ora planos antecedem e induzem políticas. No caso do Plano Salvador 500, políticas poderão ser requalificadas ou formuladas.

**Chamamos a atenção para o fato de que a definição de desenvolvimento urbano também encontra muita contestação.** Trabalhamos com a visão de que **políticas de desenvolvimento nascem da articulação de políticas setoriais, que compõem seu núcleo central** (habitação, fundiária, mobilidade e acessibilidade), **e de outras políticas setoriais correlatas** (ambiente, educação, saúde, segurança, cultura, fiscais e tributárias, econômicas, dentre outras). Em consequência, planos de desenvolvimento urbano desdobram-se em programas e projetos em um tempo futuro e em fluxo continuado.

Certamente que a separação entre políticas do núcleo central e políticas correlatas define também **maior ou menor controle das estruturas e autoridades da área de desenvolvimetro urbano sobre as mesmas.**

Estabelecido este preâmbulo, afirmamos que as políticas referidas pelo Dr. Alcoforado, e suas relações com o PDDU e com o Plano Salvador 500, devem ser vistas a partir daquele enquadramento.

Afirmamos que todas elas serão, em maior ou menor medida (se nucleares ou correlatas), objetos de tratamento e de requalificação no âmbito do Plano Salvador 500, dado que, para este Plano, todas as políticas antes mencionadas são também constitutivas. O Plano Salvador 500, abarca além do desenvolvimento urbano, o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para encerrar, lembramos que o Plano Salvador 500 está em processo de elaboração, o que torna temerário, no mínimo, apresentar críticas tão conclusivas sobre suas lacunas e prescrição de um método de planejamento e de visão de futuro, em um momento de contestação dos conhecimentos estabelecidos na área e de ocaso de polaridades entre sujeito x objeto e conhecimento científico x conhecimento popular, só para citar dois exemplos.

De olho nesses movimentos de contestação na área de produção de conhecimentos e motivados, principalmente, pelo reconhecimento de que a cidade do Salvador (e seu destino) pertence a seus moradores, optamos por ampliar o leque de autores do Plano Salvador 500, incorporando informações e conhecimentos produzidos por seus moradores aos conhecimentos produzidos por técnicos da PMS e de fora e por acadêmicos.

Os conhecimentos dos moradores de Salvador foram reunidos e sistematizados por dois meios: as 33 oficinas de bairro e pesquisa de opinião, realizada com amostra de quase três mil moradores da cidade e de todos os outros municípios de sua Região Metropolitana (RM). Dessa forma, o planejamento da cidade está substantivamente referenciado à sua inserção metropolitana e referenciado ao conhecimento, avaliação e visões daqueles que efetivamente vivem Salvador e sua RM.

A visão dos acadêmicos encontra-se publicizada e documentada em diferentes notas técnicas, algumas das quais já expostas no site do Plano e outras em elaboração para o Plano Salvador 500. Convidamos todos os interessados de boa vontade a visitar nosso site para aumentar seu conhecimento sobre produtos e processos em cursos ou já concluído no âmbito do Plano Salvador 500.

A visão da PMS, que expressa a combinação entre a visão de seus técnicos, de políticos, da população e dos acadêmicos, encontra-se consignada em dois documentos oficiais já publicizados e submetidos ao escrutínio popular nas Audiências Públicas. Ambos os documentos sofreram complementações de peso após as rodadas de audiências e subsidiaram a elaboração da minuta de lei do PDDU, que também foi submetida ao escrutínio das audiências, acolhendo muitas e preciosas sugestões. Temos certeza que a nova minuta de Lei do PDDU, a ser encaminhada à Câmara de Veradores da Cidade do Salvador, é muito melhor do que a originalmente apresentada.

Esperamos com nossa resposta seja vista como um ato de respeito ao autor das críticas e que informações e argumentos aqui apresentados possam contribuir para aumentar o nível de conhecimento sobre o trabalho em andamento, para dirimir dúvidas de outras pessoas que não só o Dr. Alcoforado e para apaziguar ânimos pela clara demonstração de que nada está sendo feito por motivações não explicitadas.

Salvador, 29 de outubro de 2015

Tânia Scofield

Coordenadora Técnica do Plano Salvador 500.